

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De um total de 346 concessões municipais operadas, 9 (2,6%) contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 54 (15,6%) vencem de 2021 a 2029 e 283 (81,8%) foram renovados tendo seus vencimentos após 2030. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município de Maringá. Conforme determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o rompimento contratual com o município somente poderá ocorrer após indenização à Companhia dos investimentos realizados.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota explicativa 12.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 11 de fevereiro de 2021.

## 2.2. Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações inclusive avaliou os impactos da COVID-19, conforme apresentado na Nota Explicativa 31. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

## 2.3. Base de Mensuração e Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de práticas contábeis.

## 2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) **Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros** – Nota Explicativa 4
- b) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Nota Explicativa 5
- c) **Contas a Receber de Clientes** – Nota Explicativa 6
- d) **Provisão para Perdas na Realização de Créditos** – Nota Explicativa 6
- e) **Ativos Financeiros Contratuais** – Nota Explicativa 10
- f) **Ativo de Contrato** – Nota Explicativa 11
- g) **Capitalização de Juros e Encargos Financeiros** – Nota Explicativa 11
- h) **Investimentos** – Nota Explicativa 12
- i) **Imobilizado e Intangível** – Nota Explicativa 13
- j) **Arrendamentos:** A classificação do arrendamento como operacional ou financeiro é determinado com base em uma análise dos termos e condições dos contratos em conformidade com a norma CPC 06 – Arrendamentos (IFRS 16). Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 13 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 14.
- k) **Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (*Impairment*)** – Nota Explicativa 13
- l) **Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos** – Nota Explicativa 14
- m) **Imposto de Renda e Contribuição Social** – Nota Explicativa 16

- n) **Provisões e Passivos Contingentes** – Nota Explicativa 18
- o) **Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica** – Nota Explicativa 19
- p) **Partes Relacionadas** – Nota Explicativa 20
- q) **Remuneração aos Acionistas** – Nota Explicativa 22.h
- r) **Receitas** – Nota Explicativa 23
- s) **Estoques:** Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.
- t) **Passivo Circulante e Não Circulante:** Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.
- u) **Concessões:** A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Programas”, em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, na data da assinatura do Contrato de Programa, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

- v) **Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos valores adicionados foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.
- w) **Uso de Estimativas e Julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

## Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

## Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

## Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor e representa a melhor estimativa.

## Provisão para perdas esperadas na realização de créditos

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

## Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

#### Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

#### **Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2020:**

Alteração da norma IFRS 16 – Concessões de arrendamento mercantil relacionadas a pandemia da Covid-19: Esclarece aspectos de tratamento de expediente prático e divulgação de concessões em contratos de arrendamento mercantil como consequência da pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/06/2020, podendo ser adotada antecipadamente. A Deliberação CVM 859 de 07/07/2020 estabeleceu que as empresas no Brasil adotem esta alteração de norma para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020, desta forma, a Companhia já adotou esta alteração de norma no exercício de 2020. A Companhia não teve impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de informação financeira do IASB) – As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas;

Alteração das normas IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020 – Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.



**Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso:** Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

**Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual:** Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

**Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro:** Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

**Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9:** Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

**Alteração das normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2:** Esclarece aspectos referentes a definição de taxas de juros de referência para aplicação nestas normas. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2021. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.

## **4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

### **4.1. Gestão de Risco Financeiro**

**Risco de Negócio:** o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente poderá rescindir o contrato antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora.

**Risco de Crédito:** a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil em 31 de dezembro de 2020 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 20. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte, exceto na vigência da Lei Estadual nº 20.187 decorrente da pandemia. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

**Risco de Taxa de Juros:** risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

**Análise de Sensibilidade a taxa de juros:** a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$11.923 e R\$23.846 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	5.588	(5.588)	11.176	(11.176)
<b>Ativos</b>		<b>5.588</b>	<b>(5.588)</b>	<b>11.176</b>	<b>(11.176)</b>
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI	(1.384)	1.384	(2.768)	2.768
BNDES	TJLP	(199)	199	(398)	398
BNDES-PAC2	TJLP	(1.834)	1.834	(3.668)	3.668
BNDES-AVANÇAR	IPCA	(2)	2	(4)	4
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(1.153)	1.153	(2.306)	2.306
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(927)	927	(1.854)	1.854
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(550)	550	(1.100)	1.100
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(1.600)	1.600	(3.200)	3.200
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(1.032)	1.032	(2.064)	2.064
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	(665)	665	(1.330)	1.330
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(1.881)	1.881	(3.762)	3.762
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(2.580)	2.580	(5.160)	5.160
Debêntures - 10ª Emissão - Série Única	IPCA	(80)	80	(160)	160
Arrendamento Financeiro	IPC-FIPE	(1.845)	1.845	(3.690)	3.690
Arrendamento Direito de Uso	DI	(1.779)	1.779	(3.558)	3.558
<b>Passivos</b>		<b>(17.511)</b>	<b>17.511</b>	<b>(35.022)</b>	<b>35.022</b>
<b>Efeitos no Lucro antes da tributação</b>		<b>(11.923)</b>	<b>11.923</b>	<b>(23.846)</b>	<b>23.846</b>

Os índices considerados para o período de 12 meses foram, TR de 0,00% e a TJLP de 4,98% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 4,52% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 2,76% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 5,62% obtido junto à Fipe.

**Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio:** apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é redução de 1,4759% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para o fim do ano de 2020, data base 31/12/2020, em relação a taxa PTAX informada na mesma data.

Considerando o valor nocional de €1.486 mil (R\$9.475 mil), o valor da cotação da moeda Euro como R\$6,3779 para 31 de dezembro de 2020 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U\$1,2273 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R\$5,1967, apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (redução de 1,4759%)	140	(2.369)	2.369	(4.738)	4.738

**Risco de Liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 14, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

**Instrumentos Financeiros Derivativos:** Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esse contrato, mensurando o mesmo ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro. A dívida deste empréstimo está demonstrada na nota explicativa 14.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap							
Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocial EUR	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap
1	Itaú BBA	09/08/2019	26/12/2022	6	38	26	12
2	Itaú BBA	04/09/2019	26/12/2022	64	411	294	117
3	Itaú BBA	04/10/2019	26/12/2022	12	75	53	22
4	Itaú BBA	13/11/2019	26/12/2022	368	2.347	1.691	656
5	Itaú BBA	05/06/2020	26/12/2022	632	4.031	3.646	385
6	Itaú BBA	15/12/2020	26/12/2022	404	2.574	2.474	100
<b>TOTAL</b>				<b>1.486</b>	<b>9.476</b>	<b>8.184</b>	<b>1.292</b>

## 4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias. Para o período findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	2020	2019
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	3.647.588	3.080.431
Caixa e Equivalentes de Caixa	(874.323)	(274.059)
Dívida Líquida	2.773.265	2.806.372
Patrimônio Líquido	6.943.163	6.173.914
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,40	0,45



### 4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia, conforme a seguir:

Descrição	2020	2019
<b>Ativos</b>		
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações Financeiras	869.196	257.181
Ativo Financeiro - SWAP	9.476	2.040
Depósitos Vinculados	61.614	58.603
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e Bancos	5.127	16.878
Contas a Receber de Clientes, líquido	799.603	829.562
Ativos Financeiros Contratuais	490.082	435.209
<b>Totais</b>	<b>2.235.098</b>	<b>1.599.473</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Passivo Financeiro - SWAP	8.184	2.065
<b>Custo amortizado</b>		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	3.647.588	3.080.431
Empreiteiros e Fornecedores	213.820	214.445
Contratos de Concessão	-	31.414
<b>Totais</b>	<b>3.869.592</b>	<b>3.328.355</b>

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

#### Prática Contábil:

*Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.*

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Depósitos Bancários Livres	2.972	4.516
Depósitos Bancários Vinculados	2.155	12.362
	5.127	16.878
Aplicações Financeiras	869.196	257.181
<b>Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>874.323</b>	<b>274.059</b>

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento exclusivo (CNPJ 03.737.212/0001-44 – Fundo de Investimento Exclusivo Caixa SANEPAR I Renda Fixa) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e Certificado de Depósito Bancário, com remuneração média de 100,70% do CDI (100,31% em 2019). O aumento do saldo das Aplicações Financeiras deve-se a novas captações (10ª emissão de debêntures R\$350.000 e CCB R\$200.000).

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### Prática Contábil:

Contas a Receber de Clientes: Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Ajuste a Valor Presente: Os saldos de contas a receber de clientes referentes a parcelamentos foram ajustados a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base em juros de 6% ao ano. A Companhia adota para o cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros de 6% ao ano para as contas de órgãos públicos.

Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos: Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas esperadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos.

Para os valores de contas a vencer é constituída a provisão para perdas esperadas utilizando uma matriz que segmenta os saldos por categoria de consumo e idade de vencimento, resultando na melhor expectativa de recuperação destes créditos. Para os valores vencidos de contas a receber de clientes é constituída a provisão considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, e com base nos valores vencidos segregados pelas categorias de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para o Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos. A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual por se tratar de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de regularização de débitos.

### **a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:**

Descrição	2020	2019
Contas a Receber Vincendas	271.640	288.080
Contas a Receber de Parcelamentos (1)	64.447	120.113
Ajuste a Valor Presente	(8.860)	(4.088)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	210.282	212.452
	<b>537.509</b>	<b>616.557</b>
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	136.883	146.804
De 31 a 60 dias	53.029	34.697
De 61 a 90 dias	31.306	12.816
De 91 a 180 dias	55.961	22.404
Mais de 180 dias	271.869	192.771
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(286.954)	(196.487)
	<b>262.094</b>	<b>213.005</b>
<b>Totais de Contas a Receber, líquidas</b>	<b>799.603</b>	<b>829.562</b>
<b>Circulante</b>	<b>779.404</b>	<b>809.736</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>20.199</b>	<b>19.826</b>

(1) Em dezembro de 2019 foi realizada provisão da estimativa de receita no montante de R\$61,0 milhões referente ao reajuste retroativo de 3,76% não recebido dos clientes no período de julho a novembro de 2019, que foi efetivamente faturado nos meses de janeiro a abril de 2020.

Destacamos que, em decorrência dos impactos do Coronavírus (COVID-19), conforme descritos na Nota Explicativa 31, ocorreu um incremento na provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos de contas a receber, principalmente de clientes particulares no montante de R\$12.328, considerando a melhor estimativa para o momento.

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	2020	2019
Prefeituras Municipais	99.983	(54.939)	(8.233)	36.811	48.703
Particulares	976.324	(232.015)	(627)	743.682	767.003
Setor Federal	990	-	-	990	1.723
Setor Estadual	18.120	-	-	18.120	12.133
<b>Saldos no Final do Exercício</b>	<b>1.095.417</b>	<b>(286.954)</b>	<b>(8.860)</b>	<b>799.603</b>	<b>829.562</b>

**b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:**

Descrição	2020	2019
Saldos no Início do Exercício	(196.487)	(175.956)
Valores Registrados como Despesa *	(90.972)	(20.850)
Baixas, Líquidas das Recuperações	505	319
<b>Saldos no Final do Exercício</b>	<b>(286.954)</b>	<b>(196.487)</b>

\* Crescimento decorrente de contas vencidas, principalmente de clientes particulares, em função de medidas adotadas para enfrentamento da Covid-19, tais como suspensão de corte pelo não pagamento de contas.

**c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:**

Descrição	2020	2019
Clientes Particulares	232.015	147.417
Prefeituras Municipais	54.939	49.070
<b>Totais</b>	<b>286.954</b>	<b>196.487</b>

**d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:**

Descrição	2020	2019
Saldos no Início do Exercício	(4.088)	(4.723)
Ajuste a Valor Presente	(4.772)	635
<b>Saldos no Final do Exercício</b>	<b>(8.860)</b>	<b>(4.088)</b>

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Imposto de Renda a compensar	4.747	305
Contribuição Social a compensar	2.063	-
Impostos e Contribuições retidos - órgãos públicos	-	-
<b>Totais</b>	<b>6.810</b>	<b>305</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.810</b>	<b>305</b>

## 8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	4.661	2.855
Reservas mantidas na CAIXA (1)	56.953	55.748
<b>Totais</b>	<b>61.614</b>	<b>58.603</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.661</b>	<b>2.855</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>56.953</b>	<b>55.748</b>

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais.

## 9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos a Empregados	11.280	13.317
Pagamentos Reembolsáveis	12.510	17.909
Depósitos Dados em Garantia	1.858	1.740
Fundo Municipal do Meio Ambiente (1)	47.005	48.881
Despesas Antecipadas	243	3.468
Títulos e Outros Créditos	753	886
<b>Totais</b>	<b>73.649</b>	<b>86.201</b>
<b>Circulante</b>	<b>27.746</b>	<b>37.642</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>45.903</b>	<b>48.559</b>

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Meio Ambiente, conforme previsto em contrato de programa.

## 10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

### Prática Contábil:

*Os Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo contratual e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores são reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programa e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.*

Ajuste a Valor Presente: Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado para o exercício (índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa o spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	2019	Adições	Receita de AVP	Despesas de AVP	2020
Investimento Não Amortizado	1.213.062	140.775	-	-	1.353.837
Ajuste a Valor Presente	(777.853)	(87.016)	16.421	(15.307)	(863.755)
<b>Totais</b>	<b>435.209</b>	<b>(a) 53.759</b>	<b>16.421</b>	<b>(15.307)</b>	<b>490.082</b>

a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 13c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,1% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 21 e 30 anos.

## 11. ATIVO DE CONTRATO

### Prática Contábil:

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	2019	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	2020
Projetos e Obras em Andamento	1.642.497	837.555	21.389	267	(975.260)	1.526.448
Estoques para Obras	114.217	(5.863)	-	-	-	108.354
<b>Totais</b>	<b>1.756.714</b>	<b>831.692</b>	<b>21.389</b>	<b>267</b>	<b>(975.260)</b>	<b>1.634.802</b>

Durante o exercício de 2020 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R\$831.692 (R\$914.924 em 2019), decorrente de ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Cascavel, Laranjeiras do Sul, Curitiba, Telêmaco Borba e Fazenda Rio Grande, construção da Barragem Miringuava em São José dos Pinhais e de ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Curitiba, Ivaiporã, Londrina, Foz do Iguaçu e Ibaiti. E também foram transferidos para Intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente, nos municípios de Ponta Grossa, Pato Branco, Guaíra, Maringá e Paranavaí.

Durante o exercício de 2020 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$21.389 (R\$21.543 em 2019). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 9,6%.

## 12. INVESTIMENTOS

### Prática Contábil:

Joint Venture: O investimento da Companhia na joint venture é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos dos investimentos controlados em conjunto, sempre quando há algum indicador de que o investimento pode não ser recuperável.



A Companhia possui os seguintes investimentos:

Descrição	2020	2019
Investimento Controlado em Conjunto - CS Bioenergia S.A. ( <i>Impairment Test</i> )	-	-
Outros Investimentos	2.352	2.671
<b>Totais</b>	<b>2.352</b>	<b>2.671</b>

#### Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S. A.

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A., Companhia localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou parcialmente sua operação em junho de 2017 e em 2019 atingiu sua estabilidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar. O aporte financeiro realizado pela Companhia compreende o montante de R\$35.008 registrado em seu Capital Social e R\$50 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis da investida, que estão sumarizadas a seguir:

Balanço Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	2020	2019
Ativo Circulante	2.095	2.191
Ativo Não Circulante	59.907	65.777
• Imobilizado	43.360	42.685
• Arrendamento	14.483	16.148
• Outros	2.064	6.944
<b>Ativo Total</b>	<b>62.002</b>	<b>67.968</b>
Passivo Circulante	10.221	11.231
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	7.328	7.651
• Outros	2.893	3.580
Passivo Não Circulante	10.066	11.000
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	10.066	11.000
Patrimônio Líquido	41.715	45.737
<b>Passivo Total</b>	<b>62.002</b>	<b>67.968</b>

Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	2020	2019
Receita Bruta	12.189	4.335
(-) Custos dos Serviços	(12.965)	(12.446)
Resultado Bruto	(776)	(8.111)
(-) Despesas Operacionais	(2.375)	(2.575)
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tributos	(3.151)	(10.686)
(-) Resultado Financeiro	(1.358)	(3.459)
Resultado Antes dos Tributos	(4.509)	(14.145)
IRPJ e CSLL	(138)	-
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(4.647)</b>	<b>(14.145)</b>

A movimentação do investimento no período é a seguinte:

Descrição	2020	2019
Saldo no início do exercício	-	20.479
Aportes Financeiros	1.199	2.525
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação de 40%)	(1.859)	(5.658)
Teste de Recuperabilidade de Ativos ( <i>Impairment Test</i> ) - (Constituição) /Reversão	660	(17.346)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Em decorrência do atraso na conclusão e início da operação da planta da CS Bioenergia S.A., conforme preconizam o CPC 18 e CPC 01, a Administração da Sanepar efetuou ao final de 2020 o teste de recuperabilidade (*"impairment test"*) deste investimento, e concluiu, considerando o histórico de prejuízos e que fluxos de caixa futuros apresentam resultados negativos, para o período analisado de 5 anos, demonstrando que o investimento não possui valor recuperável. Desta forma, foi registrado no resultado da Companhia o impacto do *Impairment Test* do investimento na CS Bioenergia, sendo este valor ajustado com o reconhecimento da equivalência patrimonial do período.

### Outros Investimentos

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201 e diversos investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R\$417, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/12/2020 equivalem a R\$2.352.

## **13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

### Prática Contábil:

*Imobilizado:* É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

*Intangível:* O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Programa. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 11. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(u). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

*Arrendamentos:* O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 14. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

## a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2020	2019
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Administrativo	359.218	(136.297)	222.921	209.454
Outras Imobilizações	2.074	(644)	1.430	1.202
Direito de Uso em Arrendamento	141.037	(79.381)	61.656	87.060
<b>Totais</b>	<b>502.329</b>	<b>(216.322)</b>	<b>286.007</b>	<b>297.716</b>

Por Natureza				2020	2019
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.932	-	2.932	2.929
Construções Cíveis	*1,84%	111.939	(19.827)	92.112	82.017
Benfeitorias	*2%	2.444	(782)	1.662	1.383
Instalações	*5,83%	10.901	(3.097)	7.804	6.354
Equipamentos	*6,23%	87.568	(31.016)	56.552	50.950
Móveis e Utensílios	*7,14%	51.231	(20.543)	30.688	29.284
Equipamentos de Informática	*19,82%	41.172	(27.694)	13.478	13.356
Veículos	*13,05%	27.263	(15.404)	11.859	15.674
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.109	(18.045)	5.064	6.765
Ferramentas	*6,67%	1.482	(533)	949	986
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.251	-	1.251	958
Direito de Uso em Arrendamento	-	141.037	(79.381)	61.656	87.060
<b>Totais</b>		<b>502.329</b>	<b>(216.322)</b>	<b>286.007</b>	<b>297.716</b>

\* Taxa Média Ponderada

## b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2020	2019
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	5.171.414	(1.720.075)	3.451.339	3.068.726
Sistemas de Esgoto	5.470.947	(1.338.601)	4.132.346	3.820.198
Resíduos Sólidos	5.744	(3.853)	1.891	52
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.116	(73.704)	51.412	53.281
Outros Ativos Intangíveis	176.137	(78.462)	97.675	79.752
Direito de Uso em Arrendamento	200.851	(14.201)	186.650	201.551
<b>Totais</b>	<b>11.150.209</b>	<b>(3.228.896)</b>	<b>7.921.313</b>	<b>7.223.560</b>

Por Natureza				2020	2019
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	198.544	-	198.544	171.068
Poços	*3,10%	156.037	(40.387)	115.650	111.810
Barragens	*2,67%	142.153	(60.686)	81.467	83.462
Construções Civas	*2,59%	2.476.435	(599.507)	1.876.928	1.690.137
Benfeitorias	*2,67%	32.876	(4.488)	28.388	23.582
Tubulações	*2,64%	5.569.305	(1.491.989)	4.077.316	3.780.749
Ligações Prediais	*3,33%	835.626	(265.088)	570.538	509.841
Instalações	*5,83%	214.902	(76.955)	137.947	100.727
Hidrômetros	*10%	235.368	(94.515)	140.853	127.365
Macromedidores	*10%	6.560	(4.588)	1.972	2.039
Equipamentos	*6,23%	709.697	(314.966)	394.731	332.402
Móveis e Utensílios	*7,14%	6.584	(3.788)	2.796	2.717
Equipamento de Informática	*19,82%	89.626	(83.404)	6.222	4.477
Programas de Informática	*20%	70.862	(45.137)	25.725	18.583
Veículos	*13,05%	19.642	(12.470)	7.172	7.517
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	25.947	(20.366)	5.581	3.954
Ferramentas	*6,67%	295	(208)	87	76
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	171	(135)	36	22
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	30.602	(22.313)	8.289	6.659
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,5%	125.000	(73.594)	51.406	53.281
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	116	(111)	5	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	3.010	-	3.010	1.392
Direito de Uso em Arrendamento	-	200.851	(14.201)	186.650	191.700
<b>Totais</b>		<b>11.150.209</b>	<b>(3.228.896)</b>	<b>7.921.313</b>	<b>7.223.560</b>

\* Taxa Média Ponderada

- (1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes.
- (2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

## Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamentos, com as seguintes características:

(i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199,3 milhões decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e

(ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam o prazo de 5 anos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na nota explicativa 14.

Destacamos que os contratos de Arrendamentos não tiveram nenhuma alteração nos termos e condições em função do Coronavírus (COVID-19).

Em 31 de dezembro de 2020 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				2020	2019
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Construções Civas	2,59%	37.434	(2.199)	35.235	35.862
Tubulações	2,64%	147.315	(9.133)	138.182	141.128
Ligações Prediais	3,33%	8.227	(882)	7.345	7.620
Instalações	5,83%	309	(72)	237	257
Equipamentos	6,23%	6.013	(1.281)	4.732	5.105
<b>Arrendamento - Litoral</b>		<b>199.298</b>	<b>(13.567)</b>	<b>185.731</b>	<b>189.972</b>
Veículos	13,05%	59.614	(47.901)	11.713	37.036
Construções Civas	2,59%	47.305	(12.388)	34.917	32.079
Equipamentos	6,23%	418	(305)	113	412
Equipamentos de Informática	19,82%	35.253	(19.421)	15.832	19.261
<b>Arrendamento - Direito de Uso</b>		<b>142.590</b>	<b>(80.015)</b>	<b>62.575</b>	<b>88.788</b>
<b>Totais</b>		<b>341.888</b>	<b>(93.582)</b>	<b>248.306</b>	<b>278.760</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>141.037</b>	<b>(79.381)</b>	<b>61.656</b>	<b>87.060</b>
<b>Intangível</b>		<b>200.851</b>	<b>(14.201)</b>	<b>186.650</b>	<b>191.700</b>

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$4.262 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	2019	Entradas	Amortizações	2020
Arrendamento - Litoral	189.972	-	(4.241)	185.731
Veículos	37.036	664	(25.987)	11.713
Construções Civas	32.079	11.241	(8.403)	34.917
Equipamentos	412	42	(341)	113
Equipamentos de Informática	19.261	7.831	(11.260)	15.832
<b>Saldo</b>	<b>278.760</b>	<b>19.778</b>	<b>(50.232)</b>	<b>248.306</b>



## c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2020:

Descrição	2019	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	2020
<b>Imobilizado</b>							
Terrenos	2.929	3	-	-	-	-	2.932
Construções Cíveis	82.017	363	(2.110)	(43)	12.732	(847)	92.112
Benfeitorias	1.383	79	(44)	-	244	-	1.662
Instalações	6.354	791	(548)	-	1.207	-	7.804
Equipamentos	50.950	8.066	(4.464)	(66)	1.015	1.051	56.552
Móveis e Utensílios	29.284	3.933	(3.032)	(189)	692	-	30.688
Equipamentos de Informática	13.356	3.185	(4.156)	(53)	1.146	-	13.478
Veículos	15.674	-	(2.281)	(483)	-	(1.051)	11.859
Máquinas, Tratores e Similares	6.765	332	(2.013)	(20)	-	-	5.064
Ferramentas	986	43	(80)	-	-	-	949
Bens Patrimoniais a Incorporar	958	293	-	-	-	-	1.251
Direito de Uso em Arrendamento	87.060	19.969	(45.373)	-	-	-	61.656
<b>Totais Imobilizado</b>	<b>297.716</b>	<b>37.057</b>	<b>(64.101)</b>	<b>(854)</b>	<b>17.036</b>	<b>(847)</b>	<b>286.007</b>
<b>Intangível</b>							
Terrenos	171.068	8.933	-	(30)	18.573	-	198.544
Poços	111.810	443	(1.889)	(865)	6.194	(43)	115.650
Barragens	83.462	130	(2.998)	(57)	964	(34)	81.467
Construções Cíveis	1.690.137	6.980	(57.084)	(581)	243.658	(6.182)	1.876.928
Benfeitorias	23.582	468	(778)	(241)	5.779	(422)	28.388
Tubulações	3.780.749	22.300	(131.422)	(1.005)	450.556	(43.862)	4.077.316
Ligações Prediais	509.841	247	(24.354)	(253)	87.412	(2.355)	570.538
Instalações	100.727	2.003	(10.913)	1.019	45.111	-	137.947
Hidrômetros	127.365	-	(20.399)	(2.369)	36.256	-	140.853
Macromedidores	2.039	23	(339)	-	249	-	1.972
Equipamentos	332.402	36.130	(27.276)	(3.404)	56.879	-	394.731
Móveis e Utensílios	2.717	358	(304)	(19)	44	-	2.796
Equipamentos de Informática	4.477	43	(1.260)	(17)	2.979	-	6.222
Programas de Informática	18.583	14.702	(7.256)	(304)	-	-	25.725
Veículos	7.517	1.051	(1.165)	(231)	-	-	7.172
Máquinas, Tratores e Similares	3.954	3.291	(1.605)	(59)	-	-	5.581
Ferramentas	76	24	(12)	(1)	-	-	87
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	22	18	(4)	-	-	-	36
Proteção e Preservação Ambiental	6.659	-	(1.968)	42	3.570	(14)	8.289
Concessão do Município de Curitiba	53.281	-	(1.875)	-	-	-	51.406
Concessão do Município de Cianorte	-	-	(6)	11	-	-	5
Bens Patrimoniais a Incorporar	1.392	1.618	-	-	-	-	3.010
Direito de Uso em Arrendamento	191.700	(191)	(4.859)	-	-	-	186.650
<b>Total Intangível</b>	<b>7.223.560</b>	<b>98.571</b>	<b>(297.766)</b>	<b>(8.364)</b>	<b>958.224</b>	<b>(52.912)</b>	<b>7.921.313</b>
<b>Total Geral</b>	<b>7.521.276</b>	<b>135.628</b>	<b>(361.867)</b>	<b>(9.218)</b>	<b>(a) 975.260</b>	<b>(b) (53.759)</b>	<b>8.207.320</b>

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11);

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 10).

## d) Análise do Valor Recuperável de Ativos

Em 31 de dezembro de 2020, mesmo não existindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (*impairment*) sobre os ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de negócio de água, água industrial, esgoto e resíduos sólidos.

### d.1) Unidade Geradora de Caixa – Segmentos Água, Água Industrial e Esgoto

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando ainda a política de manutenção da Companhia;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b, em moeda corrente, ou seja, foram considerados os efeitos da inflação e ao final deflacionados;

- Taxa de desconto pré-imposto (13,05%) oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*), como sugere o CPC 01 (R1) nos seus itens 55 e 56;
- Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradora de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A evolução das despesas foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

## **d.2) Unidade Geradora de Caixa – Segmento Resíduos Sólidos**

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

- Os contratos do segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente, ou seja, cada um como UGC;
- Os resultados econômicos de todas unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;
- Não existe nenhum fato relevante que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos.

Tendo em vista que as UGC's de resíduos sólidos, apresentaram resultados negativos, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos imobilizado e intangível que estão em operação no valor de R\$9.143 não são recuperáveis, portanto foi registrado um complemento de provisão no valor de R\$552, exceto para a UGC de Resíduos Sólidos – Cianorte, onde o teste evidenciou que apenas 46% dos valores registrados no Ativo não serão recuperáveis, ocasionando uma reversão de valor já registrado anteriormente no montante de R\$1.897. Em 31 de dezembro de 2020 o faturamento e o prejuízo líquido com o segmento de resíduos sólidos foram de R\$11.863 e R\$1.822, respectivamente.

## **14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS**

### **Prática Contábil:**

*Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.*

*As obrigações correspondentes aos arrendamentos, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.*

*As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.*

**a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos é a seguinte:**

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	2020			2019		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Em Reais:</b>								
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	-	-	-	70.916	-	70.916
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	106,50% do DI	-	95.020	-	95.020	20	94.966	94.986
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI + 2,75%	-	132.665	66.205	198.870	-	-	-
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	22	154.902	154.924	78	154.836	154.914
BNDES	TJLP + 1,82%	-	7.705	8.300	16.005	7.732	15.961	23.693
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.385	5.652	9.037	3.388	9.022	12.410
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	12.347	33.602	45.949	12.394	45.821	58.215
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	21.710	58.959	80.669	21.261	75.205	96.466
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	16.462	44.803	61.265	16.525	61.095	77.620
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	174	199.076	199.250	443	199.044	199.487
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.566	8.044	11.610	3.571	11.586	15.157
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	140	150.776	150.916	346	150.760	151.106
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	24.287	133.237	157.524	24.394	157.102	181.496
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	14.001	76.583	90.584	13.406	86.383	99.789
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	3.529	354.050	357.579	-	-	-
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	49.561	262.979	312.540	41.687	252.149	293.836
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	10.282	267.633	277.915	9.374	268.165	277.539
Arrendamento Direito Uso	3,15%	-	44.099	36.037	80.136	48.763	49.029	97.792
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	1.108	44.922	46.030	286	31.141	31.427
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	1.675	69.285	70.960	429	48.686	49.115
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	270	20.295	20.565	103	13.576	13.679
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	401	31.129	31.530	153	21.165	21.318
BNDES - AVANÇAR	3,56% a 3,96%	IPCA	4	24.972	24.976	-	-	-
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	79.092	1.066.008	1.145.100	81.944	975.487	1.057.431
Total em Reais			521.505	3.117.449	3.638.954	357.213	2.721.179	3.078.392
<b>Em Moeda Estrangeira:</b>								
Banco KfW	1,35%	EURO	-	8.634	8.634	-	2.039	2.039
Total em Moeda Estrangeira			-	8.634	8.634	-	2.039	2.039
Saldo no Final do Exercício			521.505	3.126.083	3.647.588	357.213	2.723.218	3.080.431

Empréstimos e Financiamentos	275.978	1.450.794	1.726.772	138.322	1.266.244	1.404.566
Debêntures	191.146	1.371.619	1.562.765	160.754	1.139.780	1.300.534
Arrendamentos	54.381	303.670	358.051	58.137	317.194	375.331

\* IPCA como componente variável da TLP

## Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de EUR 50 milhões, com bonificação de juros fornecidos pela República Federativa da Alemanha para projetos que atendam aos critérios de elegibilidade da política de desenvolvimento conforme termos que cumprem os requisitos da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico para o reconhecimento como Assistência Oficial ao Desenvolvimento. A primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019.

A Companhia usará o Empréstimo exclusivamente para financiar a promoção do programa DKTI de promoção da tecnologia de biogás que favorecem o clima no Estado do Paraná referente: (i) reabilitação, ampliação e construção de sistemas e estações de tratamento de esgoto; (ii) coleta, tratamento, disposição e utilização de biogás oriundo de estações de tratamento de esgoto; (iii) tratamento de lodo; (iv) equipamentos e acessórios; e (v) serviços de consultoria.

A Companhia irá promover a execução das atividades previstas contratualmente e o Banco KfW desembolsará os valores até 30/06/2023. Semestralmente será devido o pagamento de taxa de compromisso de 0,25% a.a. sobre o montante ainda não desembolsado e juros de 1,35% a.a. sobre o montante desembolsado. A dívida será amortizada em 21 pagamentos semestrais, contados a partir de 30 de dezembro de 2022.

Durante todo o prazo de vigência do contrato a Companhia deverá cumprir os *convenants* conforme item “f” desta Nota Explicativa.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (hedge) junto ao Banco Bradesco S/A, Banco Santander Brasil S/A e Itaú Unibanco S/A, os quais foram assinados em 06/11/2017, 07/12/2017 e 22/01/2018 respectivamente, para mitigar o risco cambial assumindo como contrapartida uma variação do CDI, conforme descrito na Nota Explicativa 4.1. Até a data de 31 de dezembro de 2020 houve liberação de €1.486 mil pelo Banco KfW, sendo realizadas operações de Swap para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 127,91% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 3,53% para uma taxa de 2,76 % do CDI.

### Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

(i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa de desconto aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e

(ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa de empréstimo incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 1 de janeiro de 2019 a taxa média ponderada de desconto aplicada aos contratos foi de 6,88%. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa média ponderada de desconto aplicada no reconhecimento destes contratos foi de 6,76%, e em 31 de dezembro de 2020, 6,12%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de “*leaseback*” de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	2019	Entradas	Encargos Financeiros	Pagamentos	2020
Arrendamento - Litoral	277.539	7.380	29.075	(36.079)	277.915
Arrendamento - Direito de Uso	97.792	19.778	5.232	(42.666)	80.136
<b>Totais</b>	<b>375.331</b>	<b>27.158</b>	<b>34.307</b>	<b>(78.745)</b>	<b>358.051</b>
Circulante	58.137				54.381
Não Circulante	317.194				303.670

Em 31 de dezembro de 2020 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referentes ao Arrendamentos está demonstrado a seguir:

			2020	2019
Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	36.730	(26.448)	10.282	9.374
Mais de um ano e menos de cinco anos	146.917	(106.690)	40.227	46.797
Acima de cinco anos	381.632	(154.226)	227.406	221.368
Subtotal	565.279	(287.364)	277.915	277.539
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	47.369	(3.270)	44.099	48.764
Mais de um ano e menos de cinco anos	38.601	(2.564)	36.037	49.028
Subtotal	85.970	(5.834)	80.136	97.792
Totais	651.249	(293.198)	358.051	375.331

O passivo de arrendamento de direito de uso foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2020
Veículos	18.260
Bens Móveis	21.706
Bens Imóveis	43.579
<b>Total</b>	<b>83.545</b>

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando os juros incremental e inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos de arrendamento de direito de uso:

Descrição	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Veículos	14.921	3.967	-	-	-	<b>18.888</b>
Bens Móveis	13.325	6.683	3.106	-	-	<b>23.114</b>
Bens Imóveis	8.409	9.244	10.103	11.037	12.078	<b>50.871</b>
<b>Total</b>	<b>36.655</b>	<b>19.894</b>	<b>13.209</b>	<b>11.037</b>	<b>12.078</b>	<b>92.873</b>

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2020	2019
TR	1.145.100	1.057.431
TJLP	593.283	634.860
IPCA	722.893	382.710
DI	798.980	600.493
IPC-FIPE	277.915	277.539
EURO	8.634	2.039
Sem Correção Monetária	100.783	125.359
<b>Totais</b>	<b>3.647.588</b>	<b>3.080.431</b>



b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos:

Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Pagamentos	
					Amortizações	Juros
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	2018	2021	95.000	9.500	2021	Semestral
Cédula de Crédito Bancário - CCB	2020	2022	200.000	-	Mensal	Mensal
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	2018	2023	155.000	15.500	2023	Semestral
BNDES - 1 Contrato	2007	2023	81.357	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	2019	2024	199.150	19.915	2024	Semestral
Banco do Brasil - PSI - 11 Contratos	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	2011	2024	276.609	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 13 Contratos	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	2019	2026	150.850	15.085	2026	Semestral
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	2014	2027	230.012	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	2014	2027	98.576	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	2020	2027	350.000	35.000	2027	Semestral
BNDES - PAC2 - 4 Contratos	2011 a 2014	2029	629.594	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Banco KfW (Euro)	2017	2032	50.000	-	Semestral	Semestral
Arrendamento - Litoral	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Arrendamento - Direito de Uso	2015 a 2020	2020 a 2025	135.748	-	Mensal	Mensal
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	2018	2038	47.279	19.733	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	2018	2038	120.437	50.267	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	2018	2038	20.263	8.457	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	2018	2038	51.616	21.543	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES - AVANÇAR	2020	2040	254.788	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 294 Contratos	2003 a 2018	2042	3.273.144	-	Mensal	Mensal

**c) O cronograma de amortização é o seguinte:**

Descrição	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2042	Total
Debêntures 2ª Emissão	50.519	48.164	48.164	41.036	-	-	-	187.883
Debêntures 4ª Emissão	38.288	37.582	37.582	37.582	37.582	37.582	21.910	248.108
Debêntures 7ª Emissão	3.454	9.791	9.791	9.791	9.791	9.791	116.676	169.085
Debêntures 8ª Emissão	95.042	-	154.902	-	-	-	-	249.944
Debêntures 9ª Emissão	314	-	-	199.075	-	150.777	-	350.166
Debêntures 10ª Emissão	3.529	-	-	-	-	-	354.050	357.579
<b>Subtotais Debêntures</b>	<b>191.146</b>	<b>95.537</b>	<b>250.439</b>	<b>287.484</b>	<b>47.373</b>	<b>198.150</b>	<b>492.636</b>	<b>1.562.765</b>
BNDES	7.705	7.661	639	-	-	-	-	16.005
BNDES - PAC2	49.561	44.768	43.557	43.557	43.557	38.839	48.701	312.540
BNDES - AVANÇAR	4	-	734	1.469	1.469	1.469	19.831	24.976
Banco do Brasil - PSI	3.385	3.369	2.093	190	-	-	-	9.037
Banco Itaú - PSI	3.566	3.542	3.056	1.420	26	-	-	11.610
Cédula de Crédito Bancário - CCB	132.665	66.205	-	-	-	-	-	198.870
Caixa Econômica Federal	79.092	73.724	63.787	67.757	71.974	75.730	713.036	1.145.100
Banco KfW	-	444	817	817	817	817	4.922	8.634
<b>Subtotais Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>275.978</b>	<b>199.713</b>	<b>114.683</b>	<b>115.210</b>	<b>117.843</b>	<b>116.855</b>	<b>786.490</b>	<b>1.726.772</b>
Arrendamento - Litoral	10.282	8.705	9.591	10.579	11.682	12.914	214.162	277.915
Arrendamento - Direito de Uso	44.099	16.978	11.993	5.198	1.868	-	-	80.136
<b>Subtotais Arrendamentos</b>	<b>54.381</b>	<b>25.683</b>	<b>21.584</b>	<b>15.777</b>	<b>13.550</b>	<b>12.914</b>	<b>214.162</b>	<b>358.051</b>
<b>Totais</b>	<b>521.505</b>	<b>320.933</b>	<b>386.706</b>	<b>418.471</b>	<b>178.766</b>	<b>327.919</b>	<b>1.493.288</b>	<b>3.647.588</b>

**d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:**

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Saldos no início do exercício</b>	<b>357.213</b>	<b>2.723.218</b>	<b>478.770</b>	<b>2.292.548</b>
Liberações	-	860.789	-	659.830
Juros e Taxas sobre Financiamentos	197.045	-	200.198	-
Variações Monetárias sobre Financiamentos	-	23.685	-	15.009
Transferências	480.325	(480.325)	357.594	(357.594)
Amortizações	(565.873)	-	(749.537)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(1.290)	(9.981)	190	108
Variações Cambiais	-	1.317	-	(24)
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	34.307	7.380	36.016	10.128
Arrendamentos	19.778	-	33.982	103.213
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>521.505</b>	<b>3.126.083</b>	<b>357.213</b>	<b>2.723.218</b>

## e) Os Principais eventos no período foram os seguintes:

Durante 2020 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	(64.603)
Debêntures 3ª Emissão	-	(77.426)
Debêntures 4ª Emissão	-	(55.104)
Debêntures 7ª Emissão	49.110	(9.715)
Debêntures 8ª Emissão	-	(7.481)
Debêntures 9ª Emissão	-	(10.745)
Debêntures 10ª Emissão	350.000	(7.816)
BNDES	-	(8.998)
BNDES - PAC2	62.000	(62.653)
BNDES - AVANÇAR	26.000	-
Banco do Brasil - PSI	-	(3.782)
Banco Itaú - PSI	-	(4.192)
Banco KfW	6.118	(61)
Cédula de Crédito Bancário - CCB	200.000	(4.777)
Caixa Econômica Federal	167.561	(169.774)
<b>Subtotal</b>	<b>860.789</b>	<b>(487.127)</b>
Arrendamento (1)	19.778	(78.746)
<b>Totais</b>	<b>880.567</b>	<b>(565.873)</b>

(1) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa)

## f) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

### • Covenants de contratos do BNDES, da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

### • Covenants dos contratos da 8ª, 9ª e 10ª Emissão de Debêntures e de Célula de Crédito Bancário - CCB

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

### • Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

## • **Covenants do contrato do Banco KfW**

<b>Índice</b>	<b>Límite</b>
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo o novo contrato denominado Avançar, e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 8ª, 9ª e 10ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e para a Célula de Crédito Bancário - CCB contratada junto ao Banco BTG Pactual, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14 e Instrução Normativa 29, em conformidade com o Item 16.1 da Cláusula Sexta dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal, do Banco KfW e do CCB junto ao Banco BBG Pactual.

## **15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

A composição apresenta os seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Imposto de Renda a Pagar	-	12.671
Contribuição Social a Pagar	-	8.682
COFINS a Pagar	25.202	31.792
PASEP a Pagar	5.464	6.895
IPTU - Parcelamento (1)	670	1.100
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	41.460	40.226
<b>Totais dos Impostos e Contribuições</b>	<b>72.796</b>	<b>101.366</b>
<b>Circulante</b>	<b>72.691</b>	<b>100.770</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>105</b>	<b>596</b>

(1) Valor do débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto ao município de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/12/2020 foram quitadas 76 parcelas no montante de R\$2.460.

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e CPC 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos.

A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

A Companhia avalia se há evidências de incertezas de tributos sobre lucro, conforme requerido pela ICPC 22 e divulga quando aplicável.

### **a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado**

Descrição	2020		2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.365.755	1.365.755	1.453.884	1.453.884
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(341.439)	(122.918)	(363.471)	(130.850)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	74.107	26.678	82.603	29.737
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	-	-	12.613	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	573	-	563	-
Equivalência Patrimonial	(464)	(166)	(1.414)	(509)
Parcelamento IBAMA - Lei nº 13.494/2017	(4.738)	(1.706)	-	-
Outros	543	118	(2.240)	(882)
<b>Totais das Despesas</b>	<b>(271.418)</b>	<b>(97.994)</b>	<b>(271.346)</b>	<b>(102.504)</b>
<b>Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(369.412)</b>		<b>(373.850)</b>	
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>27,0%</b>		<b>25,7%</b>	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

### **b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos**

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	2020	2019
Imposto de Renda	(323.443)	(314.566)
Contribuição Social	(116.252)	(117.601)
Realização do Imposto de Renda Diferido	52.025	43.220
Realização da Contribuição Social Diferida	18.258	15.097
<b>Totais</b>	<b>(369.412)</b>	<b>(373.850)</b>

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.



### c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	2020				2019
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	863.755	215.939	77.738	293.677	264.470
Arrendamento - Litoral (Ativo)	20 anos	277.915	69.479	25.012	94.491	94.364
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.171.352	292.838	105.422	398.260	420.445
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	11.631	2.908	1.047	3.955	4.763
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	544.677	136.169	49.021	185.190	185.869
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	80.136	20.034	7.212	27.246	33.249
Redução ao Valor Recuperável de Ativos - CS Bionergia	5 anos	16.686	4.171	1.502	5.673	5.897
AVP de Contas a Receber	5 anos	8.860	2.215	797	3.012	1.390
Valor Realizável Líquido de Estoque	5 anos	2.732	683	246	929	438
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	265	66	24	90	18
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	51.821	12.955	4.664	17.619	15.677
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	12.328	3.082	1.110	4.192	-
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	1 ano	77.276	19.319	6.955	26.274	132
Provisão para PPR	1 ano	70.242	17.561	6.321	23.882	25.141
Totais			797.419	287.071	1.084.490	1.051.853
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	809.368	202.342	72.843	275.185	255.737
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	24 anos	115.773	28.943	-	28.943	30.252
Arrendamento - Litoral (Passivo)	20 anos	185.731	46.433	16.716	63.149	64.590
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	11.539	2.885	1.038	3.923	3.513
Reserva de Reavaliação	13 anos	97.412	24.353	8.767	33.120	35.833
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	62.559	15.640	5.630	21.270	30.188
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	3 anos	7.073	1.768	637	2.405	2.677
Totais			322.364	105.631	427.995	422.790
Total Líquido			475.055	181.440	656.495	629.063

### d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2021	76.455	27.524	103.979	18.881	6.344	25.225
2022	39.576	14.247	53.823	18.881	6.344	25.225
2023	55.613	20.020	75.633	18.881	6.344	25.225
2024	32.898	11.843	44.741	13.079	4.255	17.334
2025	168.896	60.803	229.699	13.079	4.255	17.334
2026 a 2028	93.188	33.548	126.736	39.237	12.766	52.003
2029 a 2031	94.229	33.923	128.152	39.237	12.766	52.003
2032 a 2034	93.189	33.548	126.737	35.179	11.305	46.484
2035 a 2037	49.801	17.928	67.729	30.246	9.530	39.776
2038 a 2040	21.594	7.774	29.368	24.442	7.440	31.882
2041 a 2043	21.594	7.774	29.368	24.009	7.284	31.293
2044 a 2046	21.594	7.774	29.368	20.234	7.285	27.519
2047 a 2049	21.594	7.774	29.368	20.234	7.285	27.519
2050	7.198	2.591	9.789	6.745	2.428	9.173
<b>Totais</b>	<b>797.419</b>	<b>287.071</b>	<b>1.084.490</b>	<b>322.364</b>	<b>105.631</b>	<b>427.995</b>

## 17. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia possui contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2017, no montante de R\$21.000. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o exercício de 2020 foi de R\$4.200 (R\$4.200 em 2019). O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$4.900 (R\$9.100 em 31/12/2019), sendo R\$4.200 (R\$4.200 em 31/12/2019) registrados no passivo circulante e R\$700 (R\$4.900 em 31/12/2019) no passivo não circulante.

## 18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

### Prática Contábil:

*A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.*

*As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.*

### a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	2019	Adições	Reversões	Pagamentos	2020
Ações Trabalhistas (i)	302.119	65.647	(31.558)	(17.486)	318.722
Ações Cíveis (ii)	206.654	47.510	(3.820)	(49.173)	201.171
Ações Ambientais (iii)	18.256	29.482	(11.921)	(18.951)	16.866
Ações Tributárias (iv)	19.643	5.705	(17.430)	-	7.918
<b>Totais</b>	<b>546.672</b>	<b>148.344</b>	<b>(64.729)</b>	<b>(85.610)</b>	<b>544.677</b>

No primeiro trimestre de 2020 ocorreu reversão de provisão de R\$36.930, referente a processo judicial de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com o consórcio DM/LFM/SEF, decorrente de custos incorridos pela substituição de material de embasamento de areia para pedrisco. Complementarmente, em relação a este mesmo processo judicial foi registrada provisão de R\$14.978, referente a valor residual questionado na causa, honorários advocatícios, custas processuais e multa.

No terceiro trimestre de 2020 foi constituída provisão ambiental de R\$18.951 decorrente de decisão recursal do IBAMA que consolidou o valor do débito do Auto de Infração Ambiental, o qual estabelecia multa por exploração de água subterrânea do aquífero karst, sem licença ambiental competente. A administração da Companhia aprovou adesão ao chamamento público nº 02/2018, mediante conversão da multa ambiental, conforme fato relevante publicado em 06 de outubro de 2020.

No exercício de 2020 ocorreu complemento de provisão trabalhista no montante de R\$5.153, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.

### b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	2020	2019
Ações Trabalhistas (i)	44.051	55.933
Ações Cíveis (ii)	494.577	465.131
Ações Ambientais (iii)	388.910	328.049
Ações Tributárias (iv)	23.414	16.989
<b>Totais</b>	<b>950.952</b>	<b>866.102</b>

### (i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) adicionais de risco, insalubridade e noturno; iii) reintegração funcional; iv) equiparação salarial; v) redução da contribuição patronal ao plano de saúde; vi) multas FGTS 40% e vii) acidente de trabalho.

### (ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material e ii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

### (iii) Ambientais

A SANEPAR possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto, conforme especificado a seguir: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

Alguns autos de infração estão sendo questionados tanto no âmbito administrativo, junto aos respectivos órgãos, quanto judicialmente.

Em decorrência dos autos de infração lavrados pelo IBAMA, este Órgão Federal ajuizou nos anos de 2014 e 2015, 17 Ações Cíveis Públicas (ACP) que tramitam perante 11ª Vara Federal de Curitiba. Em 2018, foram firmados 17 Termos de Acordos Judiciais – TAJ nestas Ações Cíveis Públicas, devidamente subscritos pelo Ministério Público Federal, IBAMA e Instituto Água e Terra - IAT e homologados pelo Juízo Federal. Das 251 ETE, em operação, que compõem o Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da Sanepar, 183 foram abrangidas nestes Termos de Acordo Judicial (TAJ).

Em 2019, o Juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba decidiu pelo não cumprimento do acordo quanto a uma Cláusula prevista em dois acordos (ACP 5001669-33.2015.4.04.7015 e ACP 5001739-56.2015.4.04.7013) que obrigam a SANEPAR ao pagamento de multa no valor estimado de R\$ 14,6 milhões. Referido valor está divulgado como passivo contingente, com probabilidade de perda "Possível". A SANEPAR recorreu da decisão, obtendo pareceres favoráveis do IBAMA, Instituto Água e Terra e Ministério Público Federal. Em dezembro de 2020 a Companhia concluiu a repactuação junto ao IBAMA e IAT, com a realização de ajustes de alguns cronogramas de obras e elaboração de novas cláusulas com estabelecimento de compensações dos respectivos acordos firmados em 2018. No primeiro semestre de 2021 a repactuação será levada ao Juízo para análise e manifestação.

#### (iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Londrina, Paranavaí, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Porecatu e Pinhais.

#### c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	2020	2019
Ações Trabalhistas	227.969	185.806
Ações Cíveis	73.575	99.786
Ações Ambientais	5.096	2.492
Ações Tributárias	13.835	9.671
<b>Totais</b>	<b>320.475</b>	<b>297.755</b>

### 19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

#### Prática Contábil:

*A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.*

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

Em virtude do Coronavírus (COVID-19), o mercado financeiro e o setor de saúde foram afetados significativamente, por isso destacamos a seguir os reflexos para os planos de aposentadoria (Fusanprev) e assistência médica (Sanesaúde), patrocinados pela Companhia:

**Fusanprev:** Considerando que o Mercado Financeiro apresentou melhora significativa no último trimestre de 2020, principalmente em razão de políticas monetárias acomodatórias dos principais bancos centrais, acompanhado de um pacote de estímulo fiscal nos Estados Unidos com a posse de seu novo presidente e pela boa expectativa de uma recuperação consistente do crescimento econômico mundial em decorrência do início da imunização do Coronavírus (COVID-19) das populações em economias mais desenvolvidas, aliado a suspensão pelo Governo Brasileiro de medidas de transferência de renda sem contrapartidas, a manutenção da taxa Selic em 2% ao ano pelo Banco Central e a alta de 9,3% do índice IBOVESPA no mês de dezembro, propiciou ao plano apresentar uma rentabilidade acumulada de 6,07% no 4º trimestre, acima do índice de referência do mercado (CDI) que ficou em 0,47%. Contudo, mesmo apresentando uma rentabilidade positiva de 6,65% no acumulado do ano, o resultado do Plano ficou abaixo do mínimo atuarial do plano que foi de 10,98%. Devido ao fato de possuir uma carteira de investimentos diversificada e com perfil moderado, aplicada em várias classes de ativos, com perfil de médio e longo prazo, baseado em estudo de ALM (*Asset Liability Management*), propicia liquidez suficiente para honrar o pagamento de benefícios. Considerando a estrutura de governança da FUSAN para tomada de decisão, seguindo os aconselhamentos dos órgãos reguladores ligados a Previdência Complementar, pela prática de estar

monitorando atentamente os investimentos realizados, verificando inclusive as oportunidades de investimentos surgidas na crise, pela atuação muito forte dos Bancos Centrais do Mundo que estão injetando um volume expressivo de recursos na economia, mantendo desta forma a liquidez e o funcionamento do sistema, e mesmo considerando a incerteza no Brasil em relação a situação fiscal do país (Dívida x PIB), a projeção é que o PIB cresça 3% no ano de 2021 e que a inflação se mantenha em uma taxa estimada de 3,4% no mesmo período, além dos juros continuarem baixos, com uma Selic estimada de 3%. Diante do exposto entendemos que para o encerramento do Exercício Social de 2020, não há qualquer alteração nos valores provisionados além daqueles suportados pelo cálculo atuarial realizado por empresa independente demonstrado a seguir nesta Nota Explicativa.

**Sanesaúde:** O plano apresentou resultado superavitário no encerramento do Exercício de 2020, no valor de R\$16,8 milhões, devido principalmente a redução da demanda de atendimentos em praticamente todas as coberturas médicas e odontológicas. A redução na demanda de atendimentos deve-se a diversos fatores como a proibição de realização de cirurgias e internações para procedimento eletivos pelos órgãos de Saúde em determinados meses do ano e pela mudança do comportamento dos beneficiários durante os meses de pandemia, o que reduziu a quantidade de atendimentos. Destaca-se que até o momento o impacto dos casos de COVID-19 sobre as despesas do Plano é bastante limitado. As reservas técnicas indicam que o plano está em equilíbrio. A Fundação Sanepar aderiu ao modelo estabelecido pela ANS (RN nº 451/2020), no mês de abril de 2020, o que possibilitou desvincular parte das provisões que estavam registradas na margem de solvência que passaram a fazer parte do resultado do Plano e aumentaram a capacidade de fazer frente ao crescimento de custos e possíveis impactos da pandemia. Outra medida que trouxe reflexo positivo foi a postergação pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, da formação dos fundos para a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - Peona SUS e Provisão de Insuficiência de Contraprestações - PIC para 2021. As contribuições mensais do Plano foram reajustadas em junho de 2020 em 7,64%, que dentro das condições atuais, deverá manter o equilíbrio entre receitas e despesas até junho de 2021, época em que as contribuições do plano serão reajustadas. Espera-se que durante 2021, com arrefecimento da pandemia e o consequente relaxamento das medidas restritivas, verifique-se o aumento de demanda de atendimentos, fato que poderá consumir parte do resultado positivo gerado no exercício de 2020. Considerando que a Fundação Sanepar monitora diariamente o cenário com base no censo de internações, com vistas à tomada de medidas necessárias para a gestão do Plano, bem como avalia os impactos da pandemia e acompanha atentamente as medidas e recomendações dos órgãos reguladores ligados à Saúde Suplementar, não estimamos qualquer alteração nos valores provisionados além daqueles suportados pelo cálculo atuarial realizado por empresa independente demonstrado a seguir nesta Nota Explicativa.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$34.335 (R\$33.598 em 2019) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,5% pela patrocinadora e 36,5% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.



A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$74.024 (R\$69.238 em 2019).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2020	2019
<b>Valor presente da obrigação no início do ano</b>	1.377.079	779.761	2.156.840	1.762.549
Custo de juros sobre a obrigação	91.072	53.429	144.501	159.973
Custo do serviço corrente, líquido	3.524	6.784	10.308	4.565
Contribuições de Participantes	9.319	-	9.319	10.109
Benefícios pagos no exercício	(92.123)	(25.801)	(117.924)	(100.807)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	160.417	(159.535)	882	320.451
<b>Obrigação total no exercício</b>	<b>1.549.288</b>	<b>654.638</b>	<b>2.203.926</b>	<b>2.156.840</b>
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(920.238)	-	(920.238)	(820.761)
Juros sobre os ativos do plano	(60.459)	-	(60.459)	(73.504)
Contribuição dos participantes	(9.319)	-	(9.319)	(10.109)
Contribuição da patrocinadora	(7.764)	-	(7.764)	(30.950)
Benefícios pagos no exercício	92.123	-	92.123	100.807
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	(126.917)	-	(126.917)	(85.721)
<b>Valor justo dos ativos no exercício</b>	<b>(1.032.574)</b>	<b>-</b>	<b>(1.032.574)</b>	<b>(920.238)</b>
<b>Passivo reconhecido no final do exercício</b>	<b>516.714</b>	<b>654.638</b>	<b>1.171.352</b>	<b>1.236.602</b>
<b>Circulante</b>	<b>34.448</b>	<b>43.642</b>	<b>78.090</b>	<b>82.440</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>482.266</b>	<b>610.996</b>	<b>1.093.262</b>	<b>1.154.162</b>

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas	2020	2019
Taxa de Desconto para Saúde	7,38% ao ano	6,97% ao ano
Taxa de Desconto para Previdência	7,28% ao ano	6,81% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Saúde	7,38% ao ano	6,97% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Previdência	7,28% ao ano	6,81% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,42% ao ano	3,44% ao ano
Inflação	3,34% ao ano	3,60% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,00% ao ano	3,00% ao ano
Hipóteses Demográficas	2020	2019
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	Winkloss D10	Winkloss D10
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Álvaro Vindas D20
Idade de aposentadoria	55 anos	55 anos



## Análise da sensibilidade de alteração na taxa de juros:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
<b>Taxa de Desconto</b>		
Com Acréscimo de 1%	(10,49%)	(11,92%)
Com Redução de 1%	12,86%	14,83%
<b>Crescimento de Custos</b>		
Com Acréscimo de 1%	-	25,09%
Com Redução de 1%	-	(20,42%)
<b>Expectativa de Vida</b>		
Com Acréscimo de 1 ano	1,69%	3,19%
Com Redução de 1 ano	(1,71%)	(3,17%)
<b>Crescimento Salarial</b>		
Com Acréscimo de 1%	0,70%	-
Com Redução de 1%	(0,62%)	-

## Ativos do Plano

O valor justo dos ativos do plano aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2020	%	2019	%
Renda Fixa (a)	1.169.383	66,8	1.192.978	69,6
Renda Variável (b)	275.945	15,8	226.295	13,2
Imóveis (c)	37.038	2,1	37.722	2,2
Operações com Participantes (d)	92.792	5,3	94.438	5,5
Estruturados (e)	143.648	8,2	148.255	8,6
Investimentos no Exterior (f)	32.031	1,8	15.355	0,9
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano</b>	<b>1.750.837</b>	<b>100</b>	<b>1.715.043</b>	<b>100</b>

- (a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;
- (b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;
- (c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;
- (d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;
- (e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multimercados enquadrados neste segmento;
- (f) Investimentos no Exterior: Fundos de investimentos constituídos no Brasil que negociam ativos no exterior.

Tipos de investimentos não permitidos:

- Day-Trade:** é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano, e
- Financiamentos imobiliários:** é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos.

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2021:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2021
Custo do Serviço Corrente	9.916	4.706	14.622
Custo dos Juros	109.018	47.389	156.407
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(71.915)	-	(71.915)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(14.468)	(25.779)	(40.247)
<b>Totais</b>	<b>32.551</b>	<b>26.316</b>	<b>58.867</b>

## 20. PARTES RELACIONADAS

### Prática Contábil:

*A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.*

A Companhia destinou ao Estado do Paraná, Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2020, no montante de R\$55.657 (R\$62.055 em 2019). Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. A Companhia também forneceu água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$106.740 e R\$124.913 para os exercícios de 2020 e 2019, respectivamente.

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversas prefeituras municipais, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2020, foi de R\$87.694 (R\$105.324 em 2019). A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$11.863 (R\$11.722 em 2019). Adicionalmente a Companhia tem contas a receber com estas prefeituras no montante de R\$36.811 em 2020 (R\$48.703 em 2019), demonstrado na nota explicativa 6a.

A Companhia transaciona com a CS Bioenergia S.A., sendo que durante o ano de 2020, obteve receitas provenientes de tratamento de efluentes de esgoto no montante de R\$153 (R\$1.174 em 2019) e aluguel de imóvel no montante de R\$287 (R\$352 em 2019), além de gastos reembolsáveis de energia elétrica no montante de R\$419 e também despesas referente a: (i) remoção de lodo da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Belém no montante de R\$12.189 (R\$4.190 em 2019) e (ii) locação de usina minigeradora de energia elétrica a partir de biogás no montante de R\$1.081. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem contas a receber da CS Bioenergia S.A. na seguinte composição:

- i) no montante de R\$131 (sendo R\$78 de energia elétrica e R\$53 de despesas com locação de gerador);
- ii) parcelamento de débitos provenientes do tratamento de efluentes de esgoto do período de setembro de 2018 a fevereiro de 2020 no montante total de R\$1.187, em 150 parcelas.

A Companhia também realiza operações com as Fundações Sanepar (Plano de Saúde e Plano de Previdência), sendo que durante o ano de 2020 obteve receitas pelo fornecimento de água e serviços de esgoto no montante de R\$16 (R\$20 em 2019), gastos provenientes de aluguel de imóvel no montante de R\$563 (R\$600 em 2019) e de contribuições patronais aos planos de benefícios aos empregados no montante de R\$108.359 (R\$102.836 em 2019), conforme descrito na nota explicativa 19.

Todas as operações com partes relacionadas foram praticadas pela Administração da Sanepar nas mesmas condições de mercado conforme praticadas com seus demais clientes, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício.

## Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi aprovada pela 56ª/2020 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 23 de abril de 2020, no montante global de R\$15.036. Para o exercício de 2019 a aprovação se deu pela 55ª/2019 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 24 de abril de 2019, no montante de R\$13.918.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	2020	2019
Remuneração	9.548	9.113
Encargos e Benefícios	2.933	2.817
Encargos Sociais	2.749	2.507
Participação nos Resultados	-	134
Plano de Saúde (Sanesaúde)	66	53
Plano de Previdência (Fusanprev)	110	109
Programas Complementares	8	14
<b>Totais</b>	<b>12.481</b>	<b>11.930</b>

## 21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2020	2019
Contratos e Convênios com Terceiros	13.073	7.370
Convênios com Municípios	18.177	16.238
Cauções e Valores a Reembolsar	9.146	5.938
Parcelamento IBAMA - PRD (1)	61.124	63.888
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	5.396	5.506
Outras Contas a Pagar	-	250
<b>Totais</b>	<b>106.916</b>	<b>99.190</b>
<b>Circulante</b>	<b>77.299</b>	<b>56.496</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>29.617</b>	<b>42.694</b>

(1) Parcelamento de débitos referentes a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. Até 31/12/2017 foi quitado 20% da dívida consolidada no montante de R\$29.083 (adesão ao parcelamento) e o restante foi parcelado em até 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC, sendo que até 31/12/2020 foram quitadas 36 parcelas no montante de R\$63.650.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

No 1º trimestre de 2020 a Companhia efetuou o desdobramento de suas ações, transformando cada ação ordinária e preferencial em 3 (três) ações, e cada Unit em 3 Units. No caso das Units, continuarão com a mesma formação de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais.

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações (“Units”), sendo cada “Unit” formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2020, é de R\$4,59 (R\$12,26 em 31 de dezembro de 2019 e de R\$4,09 ajustado ao desdobramento).

No 1º trimestre de 2020, a Companhia realizou aumento de seu Capital Social em R\$1.145.048 com a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros, sem bonificação de Ações. O aumento decorreu do fato que o saldo das Reservas de Lucros excedeu o valor do Capital Social.

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$4.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$3.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.658.716	60,1	3	-	302.658.719	20,0
Municípios	-	-	5.572.423	0,6	5.572.423	0,4
Investidores Estrangeiros	89.613.850	17,8	454.015.404	45,0	543.629.254	36,0
Demais Investidores	111.462.693	22,1	547.882.430	54,4	659.345.123	43,6
<b>Totais</b>	<b>503.735.259</b>	<b>100,0</b>	<b>1.007.470.260</b>	<b>100,0</b>	<b>1.511.205.519</b>	<b>100,0</b>

## b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$5.267 (R\$5.552 em 2019), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
<b>Saldos no início do exercício</b>	<b>69.559</b>	<b>75.111</b>
Realização da Reserva de Reavaliação	(7.980)	(8.413)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	2.713	2.861
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>64.292</b>	<b>69.559</b>

## c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$528 (R\$526 em 2019), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
<b>Saldos no início do exercício</b>	<b>5.196</b>	<b>5.722</b>
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(800)	(796)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	272	270
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>4.668</b>	<b>5.196</b>

#### d) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$654.746 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

#### e) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$49.757 em 2020 (R\$53.996 em 2019), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

#### f) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$1.207 em 2020 (R\$123 em 2019), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

#### g) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1), os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 19) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
<b>Saldos no início do exercício</b>	<b>(58.697)</b>	<b>96.225</b>
Ganhos e Perdas Atuariais	126.034	(234.730)
Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	(42.851)	79.808
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>24.486</b>	<b>(58.697)</b>

#### h) Remuneração aos Acionistas

##### Prática Contábil:

*Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.*

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$100.785, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos, considerando ainda a condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia, está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	996.343	1.080.034
Doações e Subvenções Governamentais	(1.207)	(123)
Constituição da Reserva Legal	(49.757)	(53.996)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	945.379	1.025.915
Dividendos Obrigatórios (25%)	236.345	256.479
Dividendos Complementares	60.083	73.932
<b>Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>296.428</b>	<b>330.411</b>

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2020 foi de R\$296.428 (R\$330.411 em 2019), sendo retido o valor de R\$29.733 (R\$28.123 em 2019) a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 10% (8,5% em 2019).

O saldo da remuneração aos acionistas registrada no Passivo Circulante apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
<b>Saldo Anterior</b>	<b>229.341</b>	<b>183.678</b>
Dividendos Adicionais Autorizados	73.932	211.907
Pagamentos realizados no Exercício	(303.649)	(394.600)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	296.428	330.411
(-) Retenção do IRRF sobre JCP	(29.733)	(28.123)
(-) Dividendos Adicionais Propostos	(60.083)	(73.932)
<b>Dividendos e JCP a Pagar (Passivo Circulante)</b>	<b>206.236</b>	<b>229.341</b>

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$60.083, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia é atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas *ex-dividendos* (juros sobre o capital próprio e dividendos).



## i) Resultado por Ação

Em decorrência dos créditos de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2020 e 31/12/2020 os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

Juros sobre o Capital Próprio - 30/06/2020	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	503.735.259	47.090	0,09348
Ações Preferenciais	1.007.470.260	103.597	0,10283
<b>Totais</b>	<b>1.511.205.519</b>	<b>150.687</b>	

Remuneração para 1 UNIT 0,50480

Juros sobre o Capital Próprio - 31/12/2020	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	503.735.259	45.544	0,09041
Ações Preferenciais	1.007.470.260	100.197	0,09945
<b>Totais</b>	<b>1.511.205.519</b>	<b>145.741</b>	

Remuneração para 1 UNIT 0,48823

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2020	2019
Ações Ordinárias	0,18389	0,61493
Ações Preferenciais	0,20228	0,67642
Valor para 1 "Unit"	0,99303	3,32060

No exercício de 2020 houve o *Split* das ações da Companhia.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2020	2019
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	311.357	337.511
Ações preferências	684.986	742.523
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	167.911.753
Média ponderada de número de ações preferências	1.007.470.260	335.823.420
<b>Resultado básico e diluído</b>		
Por ação ordinária	0,61810	2,01005
Por ação preferencial	0,67991	2,21105

## 23. RECEITAS OPERACIONAIS

### Prática Contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

**Receita de Construção:** A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2020	2019
<b>Receitas</b>		
Receitas de Água	3.124.101	3.068.658
Receitas de Esgoto	1.856.001	1.811.905
Receitas de Serviços	119.347	143.099
Receitas de Resíduos Sólidos	11.863	11.722
Serviços Prestados a Prefeituras	20.413	18.380
Doações efetuadas por Clientes	21.708	18.844
Outras Receitas	7.297	5.519
<b>Totais das Receitas Operacionais</b>	<b>5.160.730</b>	<b>5.078.127</b>
<b>Deduções das Receitas Operacionais</b>		
COFINS	(296.749)	(291.998)
PASEP	(64.326)	(63.303)
<b>Totais das Deduções</b>	<b>(361.075)</b>	<b>(355.301)</b>
<b>Totais das Receitas Operacionais Líquidas</b>	<b>4.799.655</b>	<b>4.722.826</b>

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$98.571 (R\$65.639 em 2019), durante o exercício de 2020, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 29 de dezembro de 2020, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – AGEPAR, homologou a aplicação do Reajuste Tarifário de 5,11236% referente ao ano de 2020, a partir de 05 de fevereiro de 2021.

## 24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2020			2019		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(304.774)	(132.446)	(437.220)	(285.788)	(110.968)	(396.756)
Materiais	(96.761)	(77.049)	(173.810)	(87.437)	(63.431)	(150.868)
Energia Elétrica	(394.079)	(48.872)	(442.951)	(416.725)	(50.812)	(467.537)
Serviços de Terceiros	(234.698)	(190.361)	(425.059)	(237.498)	(170.263)	(407.761)
Depreciações e Amortizações	(149.560)	(145.913)	(295.473)	(138.400)	(133.031)	(271.431)
Indenizações por Danos a Terceiros	(5.681)	(3.939)	(9.620)	(5.290)	(5.231)	(10.521)
Outros Custos	(94.906)	(42.122)	(137.028)	(111.482)	(42.577)	(154.059)
<b>Totais</b>	<b>(1.280.459)</b>	<b>(640.702)</b>	<b>(1.921.161)</b>	<b>(1.282.620)</b>	<b>(576.313)</b>	<b>(1.858.933)</b>

## 25. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2020	2019
<b>Comerciais</b>		
Pessoal	(147.310)	(127.047)
Materiais	(3.167)	(4.179)
Serviços de Terceiros	(112.217)	(105.419)
Depreciações e Amortizações	(11.452)	(11.977)
Perdas na Realização de Créditos	(90.818)	(20.850)
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	(65.927)	(63.194)
Indenizações por Danos a Terceiros	(1.737)	(3.371)
Programa Sanepar Rural	(3.939)	(2.859)
Outras Despesas	(1.292)	(19.300)
<b>Totais das Despesas Comerciais</b>	<b>(437.859)</b>	<b>(358.196)</b>
<b>Administrativas</b>		
Pessoal	(627.666)	(570.948)
Materiais	(39.893)	(48.996)
Serviços de Terceiros	(118.652)	(116.064)
Depreciações e Amortizações	(54.942)	(54.034)
Ajuste Valor Realizável Líquido do Estoque	(1.444)	(1.288)
Taxa de Regulação	(25.373)	(22.394)
Despesas com Viagens	(3.610)	(7.522)
Exposições, Congressos e Eventos	(54)	(657)
Programas Sociais e Ambientais	(5.969)	(6.827)
Indenizações por Danos a Terceiros	(1.772)	(1.407)
Outras Despesas	(14.193)	(18.846)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (1)	125.151	159.009
Despesas Capitalizadas (2)	82.896	103.418
<b>Totais das Despesas Administrativas</b>	<b>(685.521)</b>	<b>(586.556)</b>
<b>Outras (Despesas) Receitas Operacionais</b>		
<b>Despesas</b>		
Perdas Eventuais ou Extraordinárias (3) (4)	(37.168)	(28.691)
Multas Ambientais (5)	(19.389)	(896)
Baixas de Ativos	7.255	(28.589)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(212)	564
<b>Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais</b>	<b>(49.514)</b>	<b>(57.612)</b>

(1) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(2) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia;

(3) Valor de R\$37.137 (2020) referente a quitação de ação judicial do consórcio DM/LFM/SEF, relativo a reequilíbrio econômico-financeiro do CA 05.1/2000;

(4) Valor de R\$28.690 (2019) referente a indenização ao município de Maringá, relativamente a bens incorporados ao Patrimônio da Companhia, provenientes da execução de redes de água e esgoto doados diretamente pelos proprietários de loteamentos a Companhia, no período de junho de 1983 a fevereiro de 2014;

(5) Valor de R\$18.951 (2020) referente adesão ao parcelamento relativo à Lei nº 13.494/2017, pela exploração de água subterrânea do Aquífero Karst sem licença ambiental.

## 26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$74.422 (R\$76.627, sendo R\$73.946 referente 2019 e R\$2.681 referente 2018), sendo R\$4.180 referente ao complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados do Exercício de 2019 e R\$70.242 referente a provisão a título de Participação nos Resultados no Exercício de 2020, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante.

## 27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2020	2019
<b>Receitas Financeiras</b>		
Aplicações Financeiras	22.483	24.996
Variações Monetárias Ativas	18.679	11.448
Variações Cambiais Ativas	374	65
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros	1.651	36
Outras Receitas Financeiras	16.093	28.971
<b>Totais das Receitas Financeiras</b>	<b>59.280</b>	<b>65.516</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos	(220.155)	(226.138)
Variações Monetárias Passivas	(22.938)	(14.165)
Variações Cambiais Passivas	(1.692)	(41)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros	(383)	(76)
Outras Despesas Financeiras (1)	(18.887)	(5.497)
<b>Totais das Despesas Financeiras</b>	<b>(264.055)</b>	<b>(245.917)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(204.775)</b>	<b>(180.401)</b>

(1) R\$11.057 (2020) refere-se à alteração do prazo da vida útil dos itens Reatores Anaeróbios de Lodo Fluetizado e Reatores Anaeróbios de Fluxo Ascendente de Alta Eficiência de 60 para 40 anos, refletindo na contabilização do Ajuste a Valor Presente dos ativos financeiros contratuais.

## 28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	2020			2019		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	3.211.863	1.899.449	5.111.312	3.174.925	1.860.459	5.035.384
Outras Receitas Operacionais	28.181	21.237	49.418	24.435	18.308	42.743
<b>Total da Receita Operacional Bruta</b>	<b>3.240.044</b>	<b>1.920.686</b>	<b>5.160.730</b>	<b>3.199.360</b>	<b>1.878.767</b>	<b>5.078.127</b>
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(205.916)	(155.159)	(361.075)	(203.076)	(152.225)	(355.301)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>3.034.128</b>	<b>1.765.527</b>	<b>4.799.655</b>	<b>2.996.284</b>	<b>1.726.542</b>	<b>4.722.826</b>
Custo	(1.280.459)	(640.702)	(1.921.161)	(1.282.620)	(576.313)	(1.858.933)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.753.669</b>	<b>1.124.825</b>	<b>2.878.494</b>	<b>1.713.664</b>	<b>1.150.229</b>	<b>2.863.893</b>
Despesas Comerciais	(249.692)	(188.167)	(437.859)	(204.771)	(153.425)	(358.196)
Despesas Administrativas	(390.924)	(294.597)	(685.521)	(335.317)	(251.239)	(586.556)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-	1.095	1.095	-	(19.391)	(19.391)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(28.236)	(22.373)	(50.609)	(32.935)	(5.286)	(38.221)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(1.859)	(1.859)	-	(5.658)	(5.658)
Resultado Financeiro	(92.367)	(112.408)	(204.775)	(76.802)	(103.599)	(180.401)
Programa de Participação nos Resultados	(42.440)	(31.982)	(74.422)	(43.806)	(32.821)	(76.627)
Provisões	1.160	835	1.995	(48.579)	(36.296)	(84.875)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(34.658)	(26.126)	(60.784)	(34.346)	(25.738)	(60.084)
<b>Lucro Antes dos Impostos e Contribuições</b>	<b>916.512</b>	<b>449.243</b>	<b>1.365.755</b>	<b>937.108</b>	<b>516.776</b>	<b>1.453.884</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(247.900)	(121.512)	(369.412)	(240.966)	(132.884)	(373.850)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>668.612</b>	<b>327.731</b>	<b>996.343</b>	<b>696.142</b>	<b>383.892</b>	<b>1.080.034</b>
Margem Operacional	30,2%	25,4%	28,5%	31,3%	29,9%	30,8%
Margem Líquida	22,0%	18,6%	20,8%	23,2%	22,2%	22,9%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (1)	499.402	469.529	968.931	516.674	510.405	1.027.079
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	1.483.480	2.164.108	3.647.588	1.203.347	1.877.084	3.080.431
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, líquidos	4.435.159	5.406.963	9.842.122	4.149.840	5.128.150	9.277.990
Depreciações e Amortizações do Período	(187.426)	(174.441)	(361.867)	(176.138)	(161.304)	(337.442)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	711.095	384.322	1.095.417	691.294	338.843	1.030.137
Total do Ativo	5.944.201	7.246.657	13.190.858	5.340.321	6.599.283	11.939.604
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	2.841.229	3.406.466	6.247.695	2.561.289	3.204.401	5.765.690
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.273.811	2.308.138	-	3.194.537	2.231.127	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	525.791	396.232	-	532.830	399.225	-

(1) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(2) Apresentadas pelo valor bruto;

(3) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(4) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

## 29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$1.647.329, com vigência abrangendo o período de 13/03/2020 a 13/03/2021, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	785.971
Máquinas, Equipamentos e Veículos	776.007
Estoque	85.351
<b>Totais</b>	<b>1.647.329</b>

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2020 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 200 processos judiciais no montante de R\$212.883 com a Pottencial Seguradora S/A.

A Companhia também firmou/renovou o contrato com a Starr Internacional Brasil Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil de diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 09/09/2021.

### **30. OPERAÇÕES “RÁDIO PATRULHA”, “INTEGRAÇÃO”, “ÁGUAS CLARAS” E “DUCTOS” E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA**

#### **Operações “Rádio Patrulha” e “Integração”:**

Ao final de 2018 tornou-se pública a delação do Sr. Nelson Leal Júnior no âmbito da operação denominada “Rádio Patrulha”, a qual faz menção, dentre outros, a alguns ex-administradores da Companhia. A “Operação Rádio Patrulha” investiga um suposto esquema de pagamento de propina para desvio de recursos por meio de licitações no programa “Patrulha do Campo”, o qual tinha como objetivo a recuperação de estradas rurais do Estado do Paraná. A “Operação Rádio Patrulha” tornou réu um ex-administrador da Companhia.

A “Operação Integração” investiga suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro, que teria perdurado de 1999 a 2018 e está relacionado aos procedimentos de concessão de rodovias federais no Estado do Paraná do denominado Anel da Integração. A primeira fase da “Operação Integração” foi deflagrada em 22 de fevereiro de 2018 e, a segunda fase, em 26 de setembro de 2018. No âmbito da “Operação Integração”, um dos colaboradores do Ministério Público Federal também mencionou em seu acordo alguns ex-administradores da Companhia.

Como parte do processo de colaboração junto às autoridades no processo de investigação dos fatos e para o adequado esclarecimento e proteção dos interesses da Companhia sobre as operações acima, ao final de 2018 a Companhia instalou procedimentos investigatórios conduzidos pela sua Auditoria Interna, os quais incluíram acesso à totalidade da documentação disponível, bem como oitiva das pessoas relacionadas às alegações sob investigação pelas autoridades, que resultaram em dois relatórios: (i) “Relatório Preliminar Auditoria Especial nº 004/2019 de 29/05/2019; e (ii) “Relatório Complementar Auditoria Especial nº 004/2019 de 30/07/2019 (conjuntamente, “Relatórios”).

Os Relatórios revelaram preliminarmente certas falhas pontuais nos controles internos da Companhia, vigentes à época em que os fatos ocorreram, os quais foram encaminhados para apreciação do Ministério Público do Estado do Paraná, por meio da Carta 008/2019-AUD, de 29 de maio de 2019 e Ofício DP 259/2019, de 06 de agosto de 2019. A Auditoria Interna da Companhia, compareceu à reunião, realizada em 12 de fevereiro de 2020, para prestar esclarecimentos à Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público – MPPR.

Em 13 de agosto de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante ao mercado com informações sobre o assunto, conhecidas até aquele momento, dando conta de que os resultados das investigações conduzidas pela Auditoria Interna da Companhia não permitiam inferir a existência de eventuais ou potenciais impactos, que pudessem afetar materialmente as suas demonstrações contábeis e as respectivas informações contábeis comparativas referentes a períodos anteriores, e informava sobre a nomeação e instalação de uma “Comissão Externa de Investigação” (“CEI”).

Em 15 de agosto de 2019, em sua 6ª/2019 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração (“CA”) aprovou a criação da CEI composta por três membros independentes. Na 7ª/2019 Reunião Extraordinária do CA, de 23 de agosto de 2019, foram eleitos os membros da CEI, sendo um membro independente do CA da Companhia, eleito pelos acionistas minoritários, e dois membros independentes externos com vasta experiência em investigações forenses.



A partir de sua nomeação, a CEI revisou os trabalhos já desenvolvidos até então pela Companhia e a correspondente documentação. Após a conclusão dessa análise, emitiu parecer recomendando a contratação de um escritório de advocacia para condução de investigação forense independente, com o objetivo de apurar as alegações relacionadas à “Operação Integração” e “Operação Rádio Patrulha”.

Em 28 de novembro de 2019, em observância ao parecer emitido pela CEI e em conformidade com as melhores práticas de governança, a Companhia contratou o escritório de advocacia Tauil & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown, para condução de investigação forense independente, sendo o plano de trabalho gerenciado pela CEI. Para dar suporte à condução da investigação interna independente no tocante à coleta “forense”, processamento de dados eletrônicos, condução de análises financeiras e trabalhos relacionados, também foi contratada a Ernst & Young – EY (conjuntamente referenciados como “Equipe de Investigação”).

Em 06 de novembro de 2020, na 22ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração, autorizou a renovação do prazo dos Contratos Especiais nº 04/2019 e nº 05/2019 referentes à Comissão Externa de Investigação – CEI, conciliado com o prazo final para conclusão dos trabalhos de investigação Forense e entrega dos relatórios finais da “Operação Integração” e “Operação Rádio Patrulha”.

Em 12 de novembro de 2020, na 24ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração, autorizou a assinatura de um aditivo contratual com a Equipe de Investigação para a finalização dos procedimentos da investigação forense das Operações Integração e Rádio Patrulha.

### **Operação “Águas Claras”:**

Em 13 de dezembro de 2019, após a nomeação da CEI e a contratação da Equipe de Investigação, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado sobre a deflagração da “Operação Águas Claras”. A “Operação Águas Claras”, que é desdobramento da “Operação Pecúlio” ocorrida em 2016, investiga supostas fraudes em licitações de obras de esgoto com o favorecimento de uma empresa cujos representantes teriam supostamente pago vantagens indevidas a um funcionário aposentado da Companhia, assim como supostos pagamentos de propina pela mesma empresa dissimulados como investimento em publicidade e patrocínio. As supostas condutas ilícitas teriam sido praticadas entre 2011 e 2016 e envolveriam alguns funcionários da Companhia.

Não obstante a deflagração da referida operação tenha ocorrido após o início dos trabalhos de investigação interna independente das “Operações Rádio Patrulha” e “Integração”, por deliberação na 1ª/2020 Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2020, as alegações relacionadas à “Operação Águas Claras” foram incluídas no objeto da investigação forense independente conduzida pela Equipe de Investigação.

Com base na deliberação acima, a Equipe de Investigação incluiu as alegações da Operação Águas Claras no escopo da investigação forense independente e iniciou os procedimentos preliminares de investigação e sinérgicos às investigações das Operações Rádio Patrulha e Integração. No entanto, no curso dos trabalhos, o Conselho de Administração da Companhia tomou nova decisão na 9ª/2020 Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 24 de setembro de 2020 e deliberou que o escopo da investigação forense independente deveria observar e cumprir o escopo originalmente contratado (*i.e.*, investigação das alegações decorrentes da “Operação Integração” e “Operação Rádio Patrulha”).

Em 06 de novembro de 2020, na 22ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração reconsiderou a deliberação contida na 9ª/2020 Reunião Ordinária de 24/09/2020, no que se refere a “Operação Águas Claras”, para autorizar a Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e Compliance a ultimar todos os procedimentos necessários para contratar os serviços técnicos e especializados para composição da Comissão Externa de Investigação - CEI, Investigação Forense e “Shadow Investigation”, nesta ordem, sendo que a contratação da investigação Forense depende da contratação prévia dos componentes da CEI, tudo concernente à “Operação Águas Claras”.

Em 10 de novembro de 2020, na 23ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração aprovou a contratação dos membros da Comissão Externa de Investigação – CEI, sendo referidos contratos assinados em 11 de novembro de 2020, pelo prazo de 365 dias.

Em 22 de dezembro de 2020, na 28ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração aprovou a contratação relativamente a Operação Águas Claras: (i) do escritório de advocacia Tauil & Chequer Advogados para condução dos serviços de investigação forense independente e da empresa de auditoria Ernst & Young – EY para dar suporte à condução da investigação independente; e (ii) da empresa de auditoria BDO RCS Auditores Independentes para realização dos trabalhos de *Shadow Investigation*, sendo referidos contratos assinados em 28/12/2020.

### **Operação “Ductos”:**

Em 20 de julho de 2020, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado sobre a “Operação Ductos”, relacionada a investigação que apura condutas envolvendo pessoas ligadas à Companhia. As investigações iniciadas há cerca de dois anos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), apuram principalmente o pagamento indevido por serviços não prestados e fraudes em licitações. Investiga-se ainda, o faturamento por serviço não executado integralmente ou por serviço superfaturado, com uso de medições falsas ou não fiscalizadas por empregados da Sanepar. A Administração da Companhia afastou todos os empregados envolvidos na referida operação. Na mesma data, o Conselho de Administração deliberou pela inclusão do processo da “Operação Ductos” no escopo da Investigação Forense Independente, ficando a Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e Compliance autorizada a tomar as medidas administrativas necessárias para a implementação da medida.

O Conselho de Administração, em sua 13ª/2020 Reunião Extraordinária realizada em 20 de julho de 2020, deliberou pela inclusão da Operação Ductos no escopo da Investigação Forense Independente e a Equipe de Investigação incluiu as alegações da Operação Ductos no escopo dos trabalhos, com início dos procedimentos preliminares de investigação e sinérgicos às investigações das Operações Rádio Patrulha, Integração e Águas Claras. No entanto, considerando que na 9ª/2020 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, acima mencionada, o Conselho de Administração da Companhia tomou nova decisão e, com efeito, deliberou que o escopo da investigação forense independente deveria observar e cumprir o escopo originalmente contratado (*i.e.*, investigação das alegações decorrentes da “Operação Integração” e “Operação Rádio Patrulha”).

Na mesma oportunidade, a Companhia constituiu força-tarefa incumbida de confeccionar relatório de auditoria que serviu de base para a contratação de Comissão Externa de Investigação, Investigação Forense e Shadow Investigation para acompanhamento da Operação Ductos.

Em 06 de novembro de 2020, na 22ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração reconsiderou a deliberação contida na 9ª/2020 Reunião Ordinária de 24/09/2020, no que se refere a “Operação Ductos”, para autorizar a Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e Compliance a ultimar todos os procedimentos necessários para contratar os serviços técnicos e especializados para composição da Comissão Externa de Investigação - CEI, Investigação Forense e “Shadow Investigation”, nesta ordem, sendo que a contratação da investigação Forense depende da contratação prévia dos componentes da CEI, tudo concernente à “Operação Ductos”.

Em 10 de novembro de 2020, na 23ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração aprovou a contratação dos membros da Comissão Externa de Investigação – CEI, sendo referidos contratos assinados em 11 de novembro de 2020, pelo prazo de 365 dias.

Em 22 de dezembro de 2020, na 28ª/2020 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração aprovou a contratação relativamente a Operação Ductos: (i) do escritório de advocacia Tauil & Chequer Advogados para condução dos serviços de investigação forense independente e da empresa de auditoria Ernst & Young – EY para dar suporte à condução da investigação independente; e (ii) da empresa de auditoria BDO RCS Auditores Independentes para realização dos trabalhos de *Shadow Investigation*, sendo referidos contratos assinados em 28/12/2020.

## Andamento das Atividades:

Desde dezembro de 2019, a investigação forense independente iniciada para apuração das alegações relacionadas às Operações Integração e Rádio Patrulha continua em andamento. Referida investigação segue sendo conduzida pela Equipe de Investigação e acompanhada pela CEI e pelo auditor externo da Companhia. Até a publicação destas demonstrações contábeis, os trabalhos da Equipe de Investigação estão dentro do cronograma previsto e em fase de conclusão.

Embora, até o presente momento, não se possa concluir sobre a extensão das supostas irregularidades mencionadas na Operação Integração e Operação Rádio Patrulha, a Administração da Sanepar recebeu um relatório intermediário da CEI sobre os resultados obtidos até o estágio atual dos trabalhos e continua acompanhando o desenvolvimento das investigações conduzidas pelas autoridades públicas, colaborando com as mesmas e tomando todas as medidas cabíveis em relação ao assunto, conforme requerido nas circunstâncias.

No que diz respeito à investigação forense independente para apuração das alegações relacionadas às Operações Águas Claras e Ductos, a Equipe de Investigação já foi contratada e os trabalhos iniciados.

A Administração da Sanepar seguirá aplicando seus melhores esforços para apoiar os trabalhos da investigação interna independente conduzida pela Equipe de Investigação e CEI no que diz respeito às operações mencionadas acima, bem como manterá o mercado devidamente informado de quaisquer outras informações relevantes acerca do assunto.

## 31. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

O ano de 2020 foi marcado pelo surgimento do novo coronavírus, SARS-CoV-2, causador da doença respiratória aguda denominada COVID-19. A doença foi identificada na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Em março de 2020 foi elevada a status de pandemia pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Desde então, mais de 81 milhões de infecções foram registrados em todo mundo. No Brasil, os casos ultrapassaram a marca de 7,5 milhões. No Paraná, foram registrados 413.412 casos e 7.912 mortes. Para conter a transmissão da doença, houve a necessidade de isolamento social, restrição dos negócios em nível local e internacional, e ainda a paralisação das atividades não-essenciais. Gradualmente, as atividades econômicas têm sido retomadas, mas ainda de forma restrita e incerta em razão do recente aumento nos números de casos e de mortos pela doença, que sucederam a um período de flexibilização das medidas de distanciamento social. Dentro deste contexto, o Saneamento Básico, considerado como “serviço essencial”, contribuiu com a manutenção da qualidade de vida das pessoas e principalmente para higiene pessoal, o ato de lavar o rosto e as mãos com frequência é uma das principais medidas de prevenção da doença.

Neste cenário de incertezas econômicas, a Companhia está acompanhando ativamente os desdobramentos no âmbito econômico e social, principalmente nas consequências que serão percebidas pela população atendida nos municípios em que atua.

A Companhia entende não haver riscos na continuidade de sua operação, contudo, apresenta a seguir a análise de mensuração dos impactos econômico-financeiros decorrentes do novo coronavírus:

- Receitas, custos, contas a receber e fluxos de caixa: Por se tratar de serviços essenciais, as receitas do setor de saneamento foram menos impactadas pelos efeitos da pandemia, em relação aos outros segmentos. Contudo, o fluxo de caixa operacional foi afetado por um aumento da inadimplência e prorrogação temporária do vencimento das contas de água e esgoto, para consumidores de baixa renda. Neste sentido, a Companhia publicou Fato Relevante em 23 de março de 2020, informando sobre o adiamento da cobrança de contas de água e esgoto, para os clientes cadastrados na Tarifa Social, aproximadamente 184 mil famílias, pelo período de 90 dias. Em 24 de junho, 21 de setembro e 15 de dezembro de 2020 a Companhia publicou novos Fatos Relevantes prorrogando o adiamento da cobrança por mais 90 dias para cada período. O Faturamento Mensal da Tarifa Social é da

ordem de 3,8 milhões. Ainda no fato relevante de 15 de dezembro de 2020, a Companhia informou sobre as regras de parcelamento de débitos dos beneficiários da Tarifa Social, que foram aprovadas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), que permitem o parcelamento do valor devido, sem entrada, em até 24 vezes, e sem cobrança de multa ou correção monetária no período de prorrogação do vencimento. Além disso, a edição de leis que restringem o corte do fornecimento de serviços para determinadas categorias de consumidores, durante situações de emergência, como no caso da COVID-19, corroborou para o aumento no índice de inadimplência, pelo aumento de contas a receber de clientes, trazendo impacto à liquidez da Companhia.

Após o início do período de quarentena, a partir do dia 19 de março de 2020, a Companhia vem analisando a arrecadação e a inadimplência e, considerando a melhor estimativa para o momento, constituiu provisão para perdas esperadas de contas a receber no montante de R\$ 12,3 milhões.

Sob o aspecto de custos, principalmente os relacionados as aquisições de produtos químicos importados, dado as taxas de câmbio atuais, a Companhia não espera aumento relevante dos custos, uma vez que determinados produtos tendem a ter o custo reduzido pela diminuição da demanda, compensando assim eventuais variações desfavoráveis da taxa de câmbio. A Companhia está monitorando os níveis de estoque e requereu plano de contingência às empresas contratadas relativamente aos produtos que podem apresentar dificuldades no abastecimento.

- **Empréstimos e Financiamentos:** A Companhia possui contratos de Financiamentos, com a CAIXA, Sistema BNDES e KfW, além de emissões de debêntures públicas e privadas. Não houve repactuações das taxas de juros referentes a estes contratos e não se espera alterações nas condições já contratadas. Durante o ano de 2020, a Companhia recebeu desembolsos no montante de R\$ 861 milhões, referentes a liquidação da 10ª emissão de debêntures incentivadas no valor de R\$ 350 milhões, captação Cédula de Crédito Bancário - CCB no valor de R\$ 200 milhões e através de recursos liberados pela CAIXA, BNDES e KfW.
- **Arrendamentos:** A Companhia possui (i) contrato de locação de ativos com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos, os quais serão de propriedade da Companhia no final do contrato; (ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os benefícios dos bens permanecerá com o arrendador. Não houve nenhuma alteração nos termos e condições dos contratos.
- A Administração avaliou os impactos nos benefícios aos empregados e nas obrigações da Companhia. Neste Exercício, apesar da grande incerteza no mercado financeiro e dos impactos no cenário da saúde, considerando as melhores informações disponíveis, não identificou ajuste a ser realizado no registro das provisões decorrentes dos Planos de Aposentadoria e de Assistência Médica, além daqueles suportados por cálculo atuarial demonstrado na Nota Explicativa nº 19.
- Adicionalmente, a Administração avaliou e concluiu que não há indícios de perda na recuperabilidade de seus Ativos, vinculados às Concessões e Ativos de Direito de Uso, no encerramento Exercício Social de 2020, além daqueles demonstrado na Nota Explicativa nº 13.

No que se refere a seus profissionais e clientes, a Companhia tem adotado as seguintes diretrizes preventivas, em alinhamento com as recomendações do Ministério da Saúde e as legislações locais:

- Isolamento domiciliar de 14 (quatorze) dias para empregados que apresentarem ou residam com familiar que apresentem sintomas respiratórios e/ou febre;
- Regime de trabalho remoto para os empregados acima de 60 (sessenta) anos, portadores de doenças crônicas, respiratórias, imunocomprometidos, em tratamento de câncer e para gestantes e lactantes;

- Regime de trabalho remoto e/ou flexibilização do horário de trabalho por meio período, para pais ou mãe, de menores com idade até 12 (doze) anos;
- Regime de 4 horas presenciais + 4 horas em home office para atividades administrativas que possam ser realizadas parcialmente de forma remota;
- Regime de 8 horas em escalas de revezamento para o trabalho presencial, conforme a necessidade;
- O atendimento nas centrais de relacionamento segue os critérios e definições em documento divulgado às Gerências Gerais, Gerências Regionais e Coordenações de clientes, bem como as considerações contidas nos decretos e nas restrições sociais.

Visando preservar a liquidez, a Companhia adotou as seguintes medidas, conforme permitido em atos normativos expedidos pelo Governo Federal: i) suspensão e parcelamento do FGTS referente às competências de março, abril e maio de 2020, no montante de R\$10.628, conforme Medida Provisória nº 927/2020; ii) postergação do recolhimento das contribuições de COFINS, PIS/PASEP e INSS Patronal referente às competências de março, abril e maio de 2020, no montante de R\$123.453, para recolhimento cumulativo com as competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente, conforme Portaria nº 139; e iii) redução da contribuição obrigatória ao Sistema “S” referente ao período de abril a junho de 2020, conforme Medida Provisória nº 932/2020.

A Companhia continuará avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.

## **32. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 11 de fevereiro de 2021, na 1ª Reunião Extraordinária o Conselho de Administração aprovou a 11ª (décima primeira) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 séries, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$ 500 milhões.